



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

<b>DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES</b> Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação <b>CEIOPH</b> N.º Único <u>654517</u> Entrada/Saída n.º <u>208</u> Data <u>14 / 04 / 2020</u>
---

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Economia, Inovação,**  
**Obras Públicas e Habitação**  
**Deputado António Topa**

Lisboa, 14 de abril de 2020

**Assunto: Requerimento para audição da Confederação Portuguesa de Micro Pequenas e Médias Empresas (CPPME)**

A situação que o país enfrenta, ocasionada pelo surto epidémico de SARS-COV2 e da doença COVID-19, originou uma inesperada e muito significativa desaceleração da economia, com reflexos muito negativos em quase todos os setores de atividade económica.

Tendo em conta a situação criada, foi determinada a libertação de recursos de apoio ao financiamento às empresas, segmentados por sectores de atividade. Os valores apresentados são insuficientes, face às necessidades da economia, e mesmo em comparação com o esforço orçamental verificado noutros países para dar resposta aos problemas criados. Será necessário avançar com outras medidas, incluindo apoios contratualizados junto de milhares de micro, pequenas e médias empresas (MPME) que enfrentam uma situação de crise.

Independentemente dessa apreciação, importa assegurar, em primeiro lugar, que tais créditos sejam colocados efetivamente à disposição das empresas, particularmente das que revelem menos capacidade de resistência a um período de inatividade. Independentemente também de questões políticas que se possam colocar sobre a opção de recorrer à banca privada como intermediária para a canalização destes recursos públicos, pela não ativação de um banco de fomento no quadro da emergência nacional, pela errada opção de alinhar a CGD pelos critérios de gestão da banca privada e pela continuada abdicação da soberania política na distribuição do crédito, urge garantir a disponibilização desses recursos de forma o mais eficaz e célere possível.

Segundo as informações que têm chegado ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a banca tem vindo a tratar os créditos junto das MPME, nesta altura crítica, como se nada tivesse, entretanto, acontecido, exigindo as mesmas burocracias e o mesmo tipo de garantias. Além disso, a banca aplica margens de lucro, através da aplicação de spreads a créditos provenientes de linhas de financiamento públicas.

Não é aceitável que esta ocasião de crise económica possa ser utilizada pelo setor financeiro para especular com a dívida das MPME, ou para lucrar com o seu endividamento, sobretudo quando estamos a falar de apoios que provêm de fundos públicos.

Considera-se assim a necessidade de aprofundar a abordagem destes problemas na Comissão Parlamentar, com o contributo qualificado para o indispensável acompanhamento que a AR deve assegurar, pelo que o PCP vem por este meio requerer a audição, na Comissão a que V.Exa. preside, da Confederação Portuguesa de Micro Pequenas e Médias Empresas.

**O Deputado,**

**Bruno Dias**